

SEMESTRE FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BANESTES
DTVM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2021, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

1. Resultado

No período findo em 30 de junho de 2021, a Banestes DTVM S.A. apresentou resultado de R\$ 8,37 milhões. O retorno sobre o patrimônio líquido, apurado pelo lucro em relação à média do patrimônio líquido no semestre, alcançou 18,5%.

2. Mercado

A Banestes DTVM S.A. possui uma visão inteiramente profissional e estratégica no ato de efetuar a gestão de ativos nos mercados de renda fixa e de renda variável e sua atuação se dá num mercado altamente competitivo, cujos preceitos da boa administração financeira são inteiramente aplicados, com equipe especializada e modernos instrumentos de acompanhamento do mercado.

Oferece um leque de produtos e serviços diferenciados, segmentados de acordo com o perfil dos seus clientes, quais sejam:

Serviços: Distribuição de produtos de investimento e gestão de fundos de investimento, que ao final do ano somavam R\$ 6,44 bilhões.

Fundo de Ações: Faz a gestão de dois Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações, que aplicam, no mínimo, 95% dos seus recursos em cotas do BTG Pactual Absoluto Institucional Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento de Ações e do BTG Pactual Dividendos Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento de Ações, ambos em parceria com o BTG Pactual. Apesar das fortes oscilações no mercado, causadas pela pandemia da Covid-19, os fundos encerraram o período com valorização de suas cotas.

Fundos de Renda Fixa: Possui uma família completa de fundos de Renda Fixa com o propósito de atender a necessidade de clientes no varejo e clientes institucionais, além de fundos exclusivos e restritos a determinado público. São geridos fundos classificados como Referenciado DI, Renda Fixa, Renda Fixa Índices (IMA-B e IRF-M1) e de Curto Prazo, além do Banestes Estratégia Renda Fixa FIC FI, que usa os instrumentos de renda fixa disponíveis no mercado brasileiro, podendo carregar indiretamente posições pós-fixadas, pré-fixadas e ativos atrelados a índice de preços e posições em derivativos (hedge), dependendo do risco percebido pelo Comitê de Gestão.

Fundo Imobiliário: Em maio de 2015 a Banestes DTVM S.A., coordenou a Primeira Emissão de Cotas do Banestes Recebíveis Imobiliários Fundo de Investimento Imobiliário – FII (“BCRI11”), que alcançou um total de 500.000 cotas, equivalente a um montante de R\$ 50 milhões captados. Ao longo dos últimos 6 anos, foram realizadas outras ofertas subsequentes que elevaram o Patrimônio Líquido para R\$ 464 milhões no encerramento do semestre. Atualmente está em andamento a 9ª Emissão de Cotas do fundo BCRI11 (oferta restrita conforme ICVM nº 476), que pretende colocar no mercado um total de até 1.900.000 novas cotas ao preço unitário de R\$ 107,61. Com mais de 42 mil cotistas espalhados por todas as Unidades da Federação, o Banestes Recebíveis Imobiliários - FII tem o propósito de aplicar recursos no mercado imobiliário por meio de participação em ativos financeiros de base imobiliária.

Fundo de Debêntures Incentivadas: Em 18 de maio de 2017 a Banestes DTVM S.A., em parceria com a RB Capital, iniciou a captação de um fundo de investimento para aquisição de crédito privado de companhias que atuam em projetos de infraestrutura. As debêntures emitidas por estas empresas contam com isenção de imposto de renda para as pessoas físicas detentoras das debêntures ou de cotas de fundos cujas políticas de investimento determinam aplicação preponderantemente nestes ativos. Este fundo oferece liquidação dos pedidos de resgate em apenas 05 (cinco) dias úteis, enquanto a maior parte dos concorrentes liquida em 30 dias corridos.

Fundos FMP-FGTS: Responsável pela distribuição de dois fundos: Fundo Mútuo Banestes de Privatização FGTS - PETROBRAS e Fundo Mútuo Banestes de Privatização FGTS - VALE. A administração e gestão de ambos estão sob a responsabilidade da Máxima CCTVM.

3. Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance

A gestão de riscos, controles internos e compliance da Banestes DTVM S.A. abrange o conjunto de políticas, normas, procedimentos, processos e padrões de conduta e cultura adotados pela empresa para alcance de seus objetivos, zelando para que todas as suas atividades-realizadas estejam de acordo com as leis, normas internas e externas a elas aplicáveis e reduza o risco de danos a sua imagem.

A Banestes DTVM S.A. possui uma Gerência de Controles Internos e Riscos - GECIR, subordinada à Diretoria de Controles Internos e Riscos – DIRIS, que é o responsável pelas atividades de controles internos, compliance e riscos. A GECIR tem a função de aprimorar os controles, buscando mitigar os riscos e disseminar a cultura de controles internos e gerenciamento de riscos para toda a Sociedade, trazendo, como consequência, mais segurança aos negócios de seus clientes e da companhia.

4. Serviços prestados pelos Auditores Independentes

De acordo com a Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, a Banestes DTVM S.A. informa que a empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, contratada em 2017, via processo licitatório - Edital de Concorrência nº 004/2016, do tipo técnica e preço, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no exercício de 2020.

5. Estratégias para o 2º semestre/2021

- ❖ Continuidade de implementação de melhorias de gestão, com o fortalecimento da governança, o crescimento de eficácia operacional e a elevação de performance;
- ❖ Ampliar a gama de produtos de investimentos oferecidos aos clientes;
- ❖ Promover reuniões e palestras direcionadas ao público interno e externo visando à ampliação da base de clientes que tenham perfil de investimento;
- ❖ Apoiar os treinamentos e capacitações do corpo gerencial do Banestes;
- ❖ Promover ações de marketing interno e externo para a divulgação dos produtos da Empresa; e
- ❖ Realizar nova emissão de cotas do fundo imobiliário, de acordo com as condições de mercado e oportunidades que agreguem valor para o fundo e seus cotistas.

6. Agradecimentos

A diretoria da Banestes DTVM S.A. agradece aos clientes, colaboradores e parceiros que empreendem esforço contínuo e contribuem para o crescimento e solidez da Sociedade.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		17.472	12.997
Caixa e Equivalente de Caixa	4	17.003	12.475
Outros Ativos	6	469	521
Rendas a Receber		454	414
Diversos		15	107
Outros Valores e Bens		-	1
Despesas Antecipadas		-	1
NÃO CIRCULANTE		37.574	35.520
Outros Ativos		1.681	1.681
Diversos	7	1.681	1.681
INVESTIMENTOS		35.893	33.839
Investimentos em Participações em Controladas		34.994	32.962
Participação em Controlada:			
. No País	8	34.994	32.962
Imobilizado	9	303	270
Intangível	10	849	849
Depreciação e Amortização	9 e 10	(253)	(242)
TOTAL DO ATIVO		55.046	48.517

PASSIVO	Notas	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		3.854	3.706
Outros Passivos	11	3.854	3.706
Sociais e Estatutárias		2.078	2.171
Fiscais e Previdenciárias		649	433
Diversas		1.127	1.102
			277.247
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	51.192	44.811
Capital Social Realizado			
. De Domiciliados no País		38.000	26.000
Reservas de Lucros		13.192	18.811
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.046	48.517

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em milhares de reais

	Notas	SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO	
		2021	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		188	154
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		188	154
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		188	154
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		10.773	9.870
Receitas de Prestação de Serviços	14.a	9.705	9.517
Despesas de Pessoal		(382)	(241)
Outras Despesas Administrativas	14.b	(2.526)	(2.407)
Despesas Tributárias	14.c	(947)	(927)
Resultado de Participação em Controlada	8	4.855	3.928
Outras Receitas Operacionais		68	-
RESULTADO OPERACIONAL		10.961	10.024
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(187)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		10.774	10.024
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(2.391)	(2.431)
Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes		(1.492)	(1.516)
Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes		(899)	(915)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(14)	(7)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		8.369	7.586
Nº de Ações		1.000.000	1.000.000
Lucro por Ação (R\$1,00)		8,37	7,59

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais

	SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO	
	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	8.369	7.586
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	8.369	7.586

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Capital Social	RESERVAS DE LUCROS		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31/12/2019	26.000	4.370	3.135	-	33.505
- Lucro Líquido do Semestre				7.586	7.586
Destinações:					
Reservas		379	5.405	(5.784)	-
Dividendos Obrigatórios (nota 13.e)				(1.802)	(1.802)
Saldos em 30/06/2020	26.000	4.749	8.540	-	39.289
Mutações do Semestre	-	379	5.405	-	5.784
Saldos em 31/12/2020	26.000	5.099	13.712	-	44.811
- Aumento de Capital	12.000		(12.000)		-
- Lucro Líquido do Semestre				8.369	8.369
Destinações:					
Reservas		418	5.963	(6.381)	-
Dividendos Obrigatórios (nota 13.e)				(1.988)	(1.988)
Saldos em 30/06/2021	38.000	5.517	19.675	-	51.192
Mutações do Semestre	12.000	418	(6.037)	-	6.381

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais

	SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO	
	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE	3.713	3.662
Lucro Líquido do Semestre	8.369	7.586
Ajustes ao Lucro Líquido	(4.656)	(3.924)
Depreciação e Amortização	12	4
Resultado de Participação em Controlada	(4.668)	(3.928)
Varição de Ativos e Obrigações	(1.788)	(334)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	51	(75)
Aumento (Redução) em Outros Passivos	(1.839)	(259)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.925	3.328
Lucros Recebidos de Controlada	2.636	2.013
Aquisição de Imobilizado	(33)	(20)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	2.603	1.993
Aumento (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	4.528	5.321
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	12.475	7.508
Disponibilidades	1.169	1.469
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.306	6.039
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Semestre	17.003	12.829
Disponibilidades	1.290	1.194
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.713	11.635

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÍNDICE

1. CONTEXTO OPERACIONAL	7
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS	8
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	10
6. OUTROS ATIVOS - CIRCULANTE	10
7. OUTROS ATIVOS - NÃO CIRCULANTE	10
8. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA NO PAÍS	11
9. IMOBILIZADO	11
10. INTANGÍVEL	12
11. OUTROS PASSIVOS - CIRCULANTE	12
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE	12
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
14. OUTRAS INFORMAÇÕES	13
15. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	14
16. GESTÃO DE RISCO	15
17. OUTROS ASSUNTOS	15
18. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referente ao Semestre Findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("Banco") e atua na intermediação e distribuição de títulos, valores mobiliários e cotas de fundos de investimentos, além de gestão de ativos nos mercados de renda fixa e variável.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Sociedade estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976), sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, contemplando ainda, as disposições contidas nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Desde o ano de 2008, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Entretanto, tais pronunciamentos só podem ser aplicados após aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são: Resolução n.º 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 - R1); Resolução n.º 4.720/2019 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 - R2); Resolução n.º 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1); Resolução n.º 3.989/2011 Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1); Resolução n.º 4.007/2011 - Políticas Contábeis - Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução n.º 4.818/2020 - Evento Subsequente (CPC 24); Resolução n.º 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução n.º 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 - R2); Resolução n.º 4.877/2020 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); Resolução n.º 4.524/2016 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 - R2); Resolução n.º 4.534/2016 - Ativo Intangível (CPC 04 - R1); Resolução n.º 4.535/2016 - Ativo Imobilizado (CPC 27); Resolução n.º 4.748/2019 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46); e Resolução n.º 4.818/2020 - Resultado por Ação (CPC 41).

A partir de janeiro de 2021 entraram em vigor a Resolução CMN n.º 4.818/2020 e a Resolução BCB n.º 2/2020, que estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB n.º 2/2020 revogou a Circular Bacen n.º 3.959/2019 e é aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, dentre outras definições, determinou a evidenciação dos resultados recorrentes e não recorrentes em notas explicativas de forma segregada. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido. Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Estas demonstrações financeiras não apresentam os investimentos de forma consolidada. As operações da Sociedade são conduzidas no contexto de um conjunto de companhias associadas integrantes do conglomerado Banestes S.A., que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

- a) **Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidas.
- b) **Caixa e equivalente de caixa** - São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez - posição bancada com conversibilidade imediata, risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data efetiva de aplicação.
- c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - Registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração contratada.
- d) **Valor justo dos instrumentos financeiros** - O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em cotações de mercados ativos, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo.

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível I: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível II: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a interpolação de dados de mercado observáveis e técnicas de interpolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Nível III: Registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

Em 30/06/2021 a Banestes DTVM não possui instrumentos financeiros classificados nos níveis II e III.

- e) **Investimentos** - O investimento em sociedade controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial (nota 8).
- f) **Imobilizado de uso** - É registrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se o prazo de vida útil estimada dos bens.
- g) **Intangível** - Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos. Está composto basicamente por *softwares* e é amortizado pelo método linear ao longo de sua vida útil ou de acordo com prazos contratuais.
- h) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução n.º 3.823, do Conselho Monetário Nacional, de 16/12/2009, e Cartas Circulares n.º 3.429 de 11/02/2010 e n.º 3.782 de 19/09/2016, ambas do Banco Central do Brasil.

Os ativos e passivos contingentes referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. As obrigações legais são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

- i) **Tributos** - Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo (nota 12).

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social - Instituições Financeiras	15%
COFINS	4%
PIS	0,65%
ISS	5%

- j) **Valor de recuperação de ativos - impairment** - A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 30 de junho de 2021 e de 2020 não existiram indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.
- k) **Estimativas contábeis** - As demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil permitem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem o valor de realização dos ativos, as provisões para causas judiciais, dentre outros.
- l) **Moeda funcional** - A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$).
- m) **Resultados recorrentes / não recorrentes** - A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34º, estabelece que, devem ser evidenciados em notas explicativas os resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. De acordo com a norma, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e, II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 2021 não foram reconhecidos resultados não recorrentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. O valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por:

	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos bancários	1.290	1.169
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	15.713	11.306
Total	17.003	12.475

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representadas por operações compromissadas com o Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo. As operações compromissadas estão lastreadas em títulos públicos federais (Letras Financeiras do Tesouro) com compromisso de recompra. As transações com o Controlador estão apresentadas na nota 16.

a. Valor justo por níveis

	Valor contábil	Valor justo Nível 1
Aplicações no mercado aberto	15.713	15.713

6. OUTROS ATIVOS - CIRCULANTE

	30/06/2021	31/12/2020
Rendas a receber (1)	454	414
Diversos		
Adiantamentos e participações salariais	13	9
Impostos e contribuições a compensar	1	1
Pagamentos a ressarcir	1	97
Total	469	521

(1) Trata-se de rendas a receber oriundas de serviço prestado pela Sociedade de gestão e distribuição de fundos de investimento e custódia.

7. OUTROS ATIVOS - NÃO CIRCULANTE

	30/06/2021	31/12/2020
Finsocial a compensar (1)	1.432	1.432
PIS a compensar (2)	249	249
Total	1.681	1.681

(1) Trata-se de valores gerados em decorrência da majoração das alíquotas do FINSOCIAL (alíquotas superiores a 0,5%) promovidas pelas Leis n.º 7.787/1989 (art.7º), n.º 7.849/1989 (art.1º) e n.º 8.147/1990 (art.1º), cujo processo no mérito transitou em julgado, e atualmente discute-se judicialmente o valor do crédito para fins de emissão do precatório.

(2) Trata-se de valores gerados oriundos do PIS com base na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n.ºs 2.445/1988 e 2.449/1988, proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário n.º 1487452/RJ, bem como com base na Resolução n.º 49/1995 do Senado Federal. Afastados os Decretos-Leis n.ºs 2.445/1988 e 2.449/1988 foi aplicada a Lei Complementar n.º 7/1970 (instituidora do PIS), eis que, após o advento da Constituição Federal de 1988, ficou vedado o tratamento desigual entre empresas públicas e privadas. Esta ação transitou em julgado em 14/06/2007. Em 18/03/2008 foi deferido o pedido de habilitação do crédito junto à DEINF/RFB/RJ para o procedimento da compensação. Assim, com base na sentença que transitou em julgado, a Sociedade procedeu à compensação até o limite do crédito reconhecido pela Secretaria da Receita Federal e atualmente discute a diferença do crédito habilitado e ainda não reconhecido pela mesma.

8. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA NO PAÍS

A Sociedade participa do capital social da Banestes Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. e detém 16.999.830 quotas (12.499.875 quotas em 2020).

Principais dados relativos à Sociedade controlada:

Capital realizado atualizado	
30 de junho de 2021	17.000
31 de dezembro de 2020	12.500
Patrimônio líquido no início do período	
30 de junho de 2021	30.140
31 de dezembro de 2020	24.868
Percentual de participação	
30 de junho de 2021	99,999
31 de dezembro de 2020	99,999
Lucro líquido do exercício	
30 de junho de 2021	4.855
30 de junho de 2020	3.928
Receita de equivalência patrimonial	
30 de junho de 2021	4.855
30 de junho de 2020	3.928
Lucros recebidos de controlada	
30 de junho de 2021	2.636
30 de junho de 2020	2.013
Patrimônio líquido ajustado	
30 de junho de 2021	34.994
31 de dezembro de 2020	28.796
Valor contábil do investimento	
30 de junho de 2021	34.994
31 de dezembro de 2020	28.796

9. IMOBILIZADO

Imobilizado de Uso	Instalações	Móveis e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de comunicação e segurança	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 1º de janeiro	6	77	69	118	270
Aquisições	-	-	33	-	33
Saldo em 30/06/2021	6	77	102	118	303
Depreciação					
Saldo em 1º de janeiro	(5)	(68)	(51)	(117)	(241)
Depreciação no período	-	(3)	(3)	-	(6)
Saldo em 30/06/2021	(5)	(71)	(54)	(117)	(247)
Resultado Líquido em 30/06/2021	1	6	48	1	56
Resultado Líquido em 31/12/2020	1	9	18	1	29

10. INTANGÍVEL

	Licenças e direitos autorais de uso
Custo de Aquisição	
Saldo em 1º de janeiro (*)	849
Saldo em 30/06/2021	849
Amortização	
Amortização do período	(6)
Resultado Líquido em 30/06/2021	843
Resultado Líquido em 31/12/2020	848

(*) Contrato de solução tecnológica para controladoria de ativos, passivos, escrituração, contabilidade de fundos de investimento e gestão de ativos, incluindo ainda os serviços de manutenção e suporte técnico aos referidos sistemas com a empresa IT4Finance Consultoria de Sistema LTDA firmado em 2019. Não há amortização devido ao período de implantação do sistema, ainda não está em uso.

11. OUTROS PASSIVOS - CIRCULANTE

	30/06/2021	31/12/2020
Sociais e estatutárias (1)	2.078	2.171
Fiscais e previdenciárias	649	433
Diversas (2)	1.127	1.102
Total	3.854	3.706

(1) Refere-se a dividendos e participação sobre o lucro a pagar.

(2) Decorrem basicamente de outros valores a pagar e honorários de advogados.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	30/06/2021	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2020
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação e participação	10.774	10.774	10.024	10.024
Adições/ (exclusões) de caráter permanente	(4.756)	(4.778)	(3.912)	(3.925)
Lucro tributável antes das compensações	6.018	5.996	6.112	6.099
Base de cálculo após compensações	6.018	5.996	6.112	6.099
Alíquota normal (15% IR) (15% CSLL)	902	899	917	915
Adicional de imposto de renda (10%)	590	-	599	-
Despesa de IR e CSLL	1.492	899	1.516	915

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social realizado

O capital social integralizado em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 está representado por 1.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 100% pertencem ao BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo.

b) Aumento de capital

Foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/04/2021, de acordo com a proposta da Diretoria, o aumento de Capital Social, sem emissão de novas ações, na importância de R\$ 12.000 mil por incorporação parte do saldo da Reserva Estatutária.

c) Reserva legal

Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.

d) Reserva estatutária

Constituída com a finalidade de aumento de capital sendo que, não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social.

e) Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos calculados com base no percentual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo n.º 202 da Lei n.º 6.404/1976, e estão demonstrados a seguir:

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido do exercício	8.369	7.586
Reserva legal	(418)	(379)
Base de cálculo para dividendos (25%)	7.951	7.207
Dividendos intermediários 1º semestre	1.988	1.802
Total de dividendos	1.988	1.802

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Receita de prestação de serviços

	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de gestão e distribuição de fundos/rebate taxa administração (1)	9.705	9.517
Total	9.705	9.517

A Sociedade é responsável pela gestão dos Fundos de Investimentos. O patrimônio líquido dessas instituições, totalizavam em 30 de junho de 2021, o valor de R\$ 6.822.934 (R\$ 5.899.082 em 30 de junho de 2020).

b) Outras despesas administrativas

	30/06/2021	30/06/2020
Serviços de terceiros (1)	1.712	1.465
Acordo de cooperação técnica (nota 16.a)	405	548
Aluguéis	82	94
Processamento de dados	86	75
Serviços técnicos especializados	74	75
Comunicações	51	51
Publicações	18	28
Serviços do sistema financeiro	18	21
Manutenção e conservação de bens	20	15
Água, energia e gás	7	7
Viagem no país	1	2
Depreciação/Amortização	12	4
Outras	40	22
Total	2.526	2.407

(1) Há cessão de pessoal pelo Banestes S.A. no valor de R\$ 1.692 no 1º semestre de 2021 (R\$ 1.424 no 1º semestre de 2020), reembolsado ao custo. A folha de pagamento dos funcionários cedidos é processada pelo Banco e ressarcida mensalmente pela Sociedade de todos os custos.

c) Despesas tributárias

	30/06/2021	30/06/2020
Impostos s/ serviços de qualquer natureza - ISS	485	476
Contribuição a COFINS	396	387
Contribuição ao PIS	65	63
IPTU	1	1
Total	947	927

15. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Transações da Sociedade com o controlador:

Durante os períodos destacados abaixo foram efetuadas transações com o controlador em valores, prazos e condições usuais de mercado, podendo assim ser resumidas:

Transação	30/06/2021	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2020
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Disponibilidades	1.290	-	1.169	-
Aplicações em operações compromissadas	15.713	188	11.306	154
Dividendos	(1.988)	-	(1.662)	-
Acordo de Cooperação Técnica (1)	-	(405)	-	(548)

(1) Acordo de cooperação técnica, firmado entre o Banco e suas controladas para a utilização do espaço físico das unidades de atendimento, dos recursos de informática e telecomunicações, da infraestrutura administrativa e de pessoal.

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. Os honorários da diretoria totalizam no 1º semestre de 2021 o montante de R\$ 281 (R\$ 172 no 1º semestre de 2020).

A Sociedade não possui benefícios pós-emprego de plano de previdência complementar aberta, destinados a administradores, bem como não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

Outras Informações:

Não foi efetuado pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da diretoria e seus familiares.

I - Participação acionária:

Os membros da diretoria não possuíam participação acionária na Sociedade.

16. GESTÃO DE RISCO

A Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., possui em sua estrutura organizacional a Gerência de Controles Internos e Riscos - GECIR, responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, subordinada à Presidência e atua de forma autônoma e independente das áreas de negócios que atende, com reporte e gerenciamento totalmente segregados.

Possui políticas de gestão de riscos compatíveis com a natureza e a complexidade das operações, produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, visando assegurar:

- níveis adequados de exposição a riscos;
- processo de gestão de riscos incorporado nos procedimentos e na cultura da Sociedade;
- a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo;
- acompanhamento da evolução dos negócios considerando os níveis de riscos associados; e
- a cultura de gerenciamento de riscos em toda a Sociedade.

Em suas políticas são estabelecidas diretrizes, atribuições e responsabilidades, que visam mitigar a ocorrência de falhas operacionais que exponham a sociedade a prejuízos diretos e indiretos. A GECIR trabalha constantemente no aprimoramento do processo de gestão de riscos, atuando na disseminação da cultura de controles internos e gerenciamento de riscos, acompanhando a evolução dos negócios, levando em consideração as exposições e os níveis de riscos a eles associados.

17. OUTROS ASSUNTOS

Com o agravamento da crise econômica e elevação do grau de incerteza em decorrência da pandemia de COVID-19, os mercados financeiros foram impactados sensivelmente. Nesse cenário, buscamos manter uma margem de liquidez adequada nos nossos fundos sob gestão, compatível com o stress instaurado. Também, intensificamos nosso monitoramento de riscos, especialmente o risco de crédito privado com o objetivo de observar os fundamentos de nossos emissores de dívida e seus graus de resiliência diante do atual momento.

Ainda que tenhamos um ambiente suscetível a turbulências e incertezas de retorno normal da atividade econômica, nossos fluxos de captação têm-se normalizado ao longo do tempo.

Operacionalmente, adotamos medidas de planos de contingência, executando diversos trabalhos em "home office" e mantendo normalmente a continuidade dos serviços, com a preservação da saúde dos colaboradores da Instituição.

A Sociedade ressalta que até o presente momento não é possível mensurar, com confiabilidade, todos os impactos decorrentes para o exercício.

18. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria da Sociedade autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras em 09 de agosto de 2021, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas demonstrações.

DIRETORIA

Antônio Marcus Carvalho Machado (Diretor Presidente)

Alcio de Araujo (Diretor de Operações)

Marcos Amaral Vargas (Diretor de Gestão e Recursos de Terceiros)

Fábio Roberto de Oliveira (Diretor de Administração Fiduciária de Recursos de Terceiros)

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC - ES 020893/0-0

***Banestes Distribuidora
de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.***

***Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2021
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banestes Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada

por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividade de negócio da investida para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7